



RELATÓRIO DO ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DOS SERVIDORES CIVIS DOS ÓRGÃOS MILITARES DA BASE DA CONDSEF/FENADSEF

Data: **25/05/2023 (quinta-feira).**

Reunião pela plataforma Zoom - Videoconferência

Estados Participantes: **BA, CE, DF, MG, RJ, RS, SC e Direção da CONDSEF/FENADSEF.**

Pauta: **Informes; Análise de Conjuntura; Plano de Lutas e Encaminhamentos finais como resolução.**

- Mesa Diretora: **Luís Cláudio de Santana e Sergio Nilo.**
- Coordenadores do DOMC: **Pedro dos Santos Moreira (BA) - Marinha, Maria de Lourdes Silva (MG) - Exército.**
- Coordenadores Suplentes: **Lucy Mary Gomes Matos (CE) - Marinha**

1) INFORMES

➤ CONDSEF/FENADSEF

O Encontro Nacional do Departamento dos Órgãos Militares (DOMC) da CONDSEF/FENADSEF foi aberto pelo Secretário-Geral da CONDSEF/FENADSEF, Sérgio Ronaldo da Silva, saudando a todas e todos, discorrendo, a seguir, sobre os informes referentes às ações desta entidade na condução do Termo de Acordo Nº 1/2023, que tratou do Reajuste de 9% e do aumento de R\$ 200,00 no Auxílio Alimentação.

Sérgio Ronaldo informou que participou de uma reunião no dia anterior (24/05/2023) com o Ministério da Gestão e Inovação, com a participação da ministra Esther Dweck, para tratar sobre adequações na Portaria que instituirá regras da Mesa Nacional de Negociação Permanente dos servidores federais. O MGI deu prazo até 12 de junho para que as entidades e centrais façam debate e propostas de ajustes ao texto. Uma reunião está prevista para o dia 21 de junho, com objetivo de tentar fechar uma redação final para que a reinstalação da mesa possa ser efetivada. Já o debate das mesas setoriais, cobrado pelas entidades, virá só em seguida.

Na reunião, MGI informou que todas as pautas que impliquem em recursos financeiros, incluindo reestruturação de carreiras e salários, serão tratadas apenas na Mesa Nacional de Negociação.

Na oportunidade, a ministra Esther Dweck informou que haverá alteração na estrutura do ministério que agora irá contar com uma Secretaria de Gestão de Pessoas, que ficará a cargo do economista



José Celso Cardoso Jr., e a Secretaria de Relações de Trabalho, sob a responsabilidade de José Lopes Feijóo.

O Secretário-Geral da CONDSEF/FENADSEF também disse que as Entidades Sindicais externaram críticas à aprovação do texto-base do novo arcabouço fiscal, contendo "gatilhos" que podem congelar salários do funcionalismo e impedir concursos públicos.

Em seguida, o Secretário de Finanças da CONDSEF/FENADSEF, Pedro Armengol, falou sobre o Grupo de Trabalho criado pelo Governo Federal junto com as Centrais Sindicais, para discutir a Regulamentação da Convenção 151 da OIT e a Recomendação 159 da OIT, que tratam sobre Negociação Coletiva e direito a Organização Sindical no Serviço Público. Segundo Armengol, servidoras e servidores públicos têm direito a organização e a greve, mas não têm direito a negociação. Ou seja, se o governo não quiser negociar, os trabalhadores e trabalhadoras têm que entrar em greve. E o que queremos é que o governo seja obrigado a negociar. Para o Secretário de Finanças existe um grande vazio no movimento sindical dos servidores públicos que é, justamente, a falta de Regulamentação da Negociação Coletiva. Sem ela, ficamos de mãos atadas.

O Grupo de Trabalho, formado por representantes do governo Lula e Centrais, que está elaborando um projeto a ser enviado ao Congresso Nacional, para a regulamentação da negociação coletiva. O projeto deve prever Data Base, Metodologia de Negociação e Garantia de Representatividade dos trabalhadores. *“Acabamos de passar por anos bem difíceis em que o governo anterior se negou a negociar com os servidores e servidoras federais. Nós não éramos nem ouvidos. E passamos seis anos sem reajuste salarial, além de sofrermos ataques constantes por parte do governo. Precisamos aprovar a Convenção 151 da OIT, que estabelece a Negociação Coletiva no Brasil, para evitar que isso não volte a acontecer.”*, acrescentou Pedro Armengol.

➤ BAHIA

- Romualdo falou sobre os problemas enfrentados pelos servidores do Comando do Exército no Estado, com relação ao atendimento pelo Plano de Saúde do Exército, o FUSEX. Segundo Romualdo os servidores não estão sendo atendidos devidamente e as reclamações são inúmeras.
- Leonardo relatou a preocupação com a migração que está acontecendo dos servidores concursados da Carreira de Tecnologia Militar estar migrando para a Carreira de Ciência e Tecnologia.

➤ RIO DE JANEIRO

- Roberto Salimeni falou sobre o Ato Político realizado pelo Sindiserf-RJ, no Buraco do Lume no Centro do RJ, denunciando os "gatilhos" do novo arcabouço fiscal que prejudicam os servidores públicos.

- Luís Cláudio de Santana relatou os problemas que aconteceram nos contracheques de maio, em que muitos servidores não receberam os reajustes corretamente, onde foi constatado que somente aposentados e pensionistas foram prejudicados.

➤ **MINAS GERAIS**

- Conceição, de Juiz de Fora, também relatou sobre os problemas enfrentados pelos servidores do Comando do Exército no Estado de MG, com relação ao atendimento pelo FUSEX, o Plano de saúde do Exército. Segundo Conceição os servidores estão sendo mal atendidos.
- Maria de Lourdes relatou a insatisfação dos servidores do PGPE das OM's de Tecnologia que não foram enquadrados no PCCTM, que estes servidores se sentem desvalorizados com essa discriminação, e pede que a CONDSEF/FENADSEF continue a cobrar o Governo Federal que corrija essa distorção.

2) **ANÁLISE DE CONJUNTURA**

- **REGINALDO (Brasília)**, em sua Análise de Conjuntura, criticou fortemente a aprovação do texto-base do novo Arcabouço Fiscal, contendo "amarras" que podem prejudicar fortemente os servidores públicos caso o governo não cumpra as metas estabelecidas. Para Reginaldo, ameaçar o congelamento de salários do funcionalismo e impedir novos concursos públicos e manter o Retrocesso no país.
- **ROBERTO SALIMENI (Rio de Janeiro)**, em sua Análise de Conjuntura, criticou o Congresso Nacional por aprovar o novo Arcabouço Fiscal com alterações no texto-base, onde foram incluídos "gatilhos" que podem prejudicar não só os servidores públicos, mas também a sociedade, porque pode impedir investimentos do Governo nas áreas de educação, saúde e social, caso o Governo Federal não cumpra as metas estabelecidas.

3) **PLANO DE LUTAS**

1. Que a CONDSEF/FENADSEF encaminhe ao Ministério da Defesa a proposta de Reestruturação do PCCTM, com a equiparação da CTM com a C&T, que inclui os servidores do PGPE das OM's de Tecnologia Militar, cria GQ para os servidores de Nível Auxiliar e recompõe as tabelas salariais do PCCTM, na proporção 80% VB x 20% GRAT. DESEMPENHO, aprovada no Encontro Nacional do DOMC, no dia 25 de maio de 2023.
2. Reivindicar junto ao Ministério da Defesa que os servidores Técnicos Administrativos das OM's de Ensino sejam incluídos do PCCTAE.

3. Que a CONDSEF/FENADSEF reivindique junto ao Ministério da Defesa e ao Comando da Marinha que o auxílio alimentação seja pago em pecúnia aos servidores do Comando da Marinha.
4. Que a CONDSEF/FENADSEF reivindique junto ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército que os servidores civis do Comando do Exército tenham atendimento de qualidade no Plano de Saúde FUSEX.

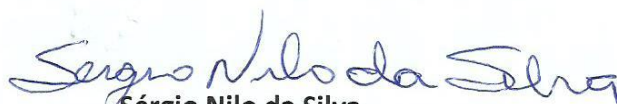
4) ENCAMINHAMENTOS FINAIS COMO RESOLUÇÃO

1. Que a CONDSEF/FENADSEF encaminhe ao Ministério da Defesa e aos Comandos os itens do Plano de Lutas separadamente.
2. Que a CONDSEF/FENADSEF reivindique junto ao Governo Federal a valorização financeira da PER CAPITA do Auxílio Saúde, pois os valores estão muito defasados.
3. Que a CONDSEF/FENADSEF reivindique junto ao Governo Federal a valorização financeira do Auxílio Creche, pois os valores estão muito defasados.
4. Que a CONDSEF/FENADSEF reivindique junto ao Governo Federal a correção dos contracheques do mês de maio dos servidores que não tiveram seus salários reajustados corretamente.

Brasília-DF, 25 de maio de 2023.



Luís Cláudio de Santana
Diretor da Executiva da CONDSEF/FENADSEF



Sérgio Nilo da Silva
Diretor da CONDSEF/FENADSEF



Sérgio Ronaldo da Silva
Secretário-Geral da CONDSEF/FENADSEF